

Seção 3

Ata Sucinta da 36ª Sessão Ordinária



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA SECRETARIA
Diretoria Legislativa
Setor de Ata e Súmula



ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 36ª (TRIGÉSIMA SEXTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 5 DE MAIO DE 2026

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Ricardo Vale e Wellington Luiz
SECRETARIA: Deputado Pastor Daniel de Castro
LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal
INÍCIO: 16 horas e 52 minutos
TÉRMINO: 19 horas e 16 minutos

Observação: A versão integral desta sessão encontra-se na ata circunstanciada.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Ricardo Vale)

– Declara aberta a sessão.

1.1 LEITURA DE EXPEDIENTE

– O Deputado Pastor Daniel de Castro procede à leitura do expediente sobre a mesa.

2 COMUNICADOS DE LÍDERES

Deputada Dayse Amarílio

– Cita projeto de lei do Poder Executivo que cuida da tabela de serviços essenciais de saúde e enumera os problemas contidos na peça, em especial a falta de parâmetros financeiros.

– Enaltece o Sistema Único de Saúde – SUS, apesar de suas limitações, e opina que é a política para poucos que atrapalha seu funcionamento, conclamando todos a lutar por quem mais precisa.

Deputado Jorge Vianna

– Explica o funcionamento da tabela do SUS, objeto de proposição enviada pelo GDF para ampliar a oferta de atendimento na rede pública, especialmente quanto ao repasse federal para procedimentos de média e alta complexidade.

– Esclarece que a contratação suplementar não substitui o SUS, mas aumentará a oferta de procedimentos de maior complexidade no sistema.

– Critica parlamentares que defendem a saúde como prioridade, mas não destinam recursos significativos por meio de emendas, que podem ser usadas para cirurgias, consultas e pequenos procedimentos.

Deputado Pepa

– Refere-se ao projeto de lei encaminhado pela governadora, que almeja melhorar a saúde e o

atendimento à população.

– Anuncia licitação para reconstruir e modernizar o Estádio Adonir Guimarães, em Planaltina, e discorre sobre os benefícios do empreendimento para toda a região norte do Distrito Federal e a população em geral.

Deputado Chico Vigilante

– Questiona a urgência do projeto de lei relativo à saúde encaminhado pelo Governo do Distrito Federal e solicita à Presidência prazo adequado para análise da matéria.

– Alerta para o risco de colapso no transporte público do Distrito Federal em razão da dívida do GDF com as empresas do setor, de aproximadamente 1 bilhão de reais.

– Recorda seu posicionamento contrário à privatização da rodoviária e considera elevados os valores atualmente cobrados das concessionárias de ônibus pela utilização do espaço.

Deputado João Cardoso

– Critica o decreto que regulamentou a lei sobre muros e guaritas dos condomínios do DF, por trazer diversas controvérsias que prejudicam a vida dos moradores.

– Lembra que participou ativamente da aprovação da lei complementar que rege os condomínios e destaca que o decreto vigente não contou com a participação de nenhum deputado desta Casa.

– Compromete-se a buscar diálogo com a governadora e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH para garantir que o decreto atenda às necessidades da população.

Deputado Gabriel Magno

– Denuncia graves falhas na gestão da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal e relata dificuldades enfrentadas pelos professores no fechamento do primeiro bimestre por inoperância do sistema EducaDF.

– Detalha valores contratuais firmados pela Secretaria de Educação com a empresa responsável pelo sistema e questiona a renovação do contrato diante da apresentação das falhas operacionais recorrentes.

– Comunica representação perante o Tribunal de Contas do DF, com pedido de medidas cautelares.

– Menciona os prejuízos salariais dos professores diante das falhas administrativas da secretaria.

– Requer a convocação da Secretária de Educação, do Secretário-Adjunto e da Subsecretária de Gestão de Pessoas para prestarem esclarecimentos à Câmara Legislativa, diante da divergência entre informações oficiais e a realidade enfrentada pelos docentes.

3 ORDEM DO DIA

Observação: As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

(1º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Requerimento nº 2.794 de 2026**, de autoria da Deputada Paula Belmonte, que “requer a transformação da Sessão Ordinária do dia 14 de maio de 2026 em Comissão Geral para debater sobre a apresentação do Diagnóstico do Transporte Escolar no Distrito Federal”.

– Votação da proposição em turno único. **APROVADA** por votação em processo simbólico (22 deputados presentes).

(2º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Processo nº 50, de 2026**, de autoria do Poder Executivo (Mensagem nº 62), que “homologa dispositivos do Convênio ICMS nº 21, de 27 de janeiro de 2026, que prorroga disposições de convênios que concedem benefícios fiscais”.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, sobre o **Processo nº 50:** favorável, nos termos do PDL apresentado por esta Comissão. **APROVADO** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes), na forma do Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2026.

(3º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em turno único, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 451, de 2026**, Processo nº 50, de 2026, Mensagem nº 62, de 2026, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que “homologa dispositivos do Convênio ICMS nº 21, de 27 de

janeiro de 2026, que prorroga disposições de convênios que concedem benefícios fiscais”.

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes).
- Votação da proposição em turno único. **APROVADA** por votação em processo nominal com 19 votos favoráveis. Houve 4 ausências.
- Redação final. **APROVADA**.

(4º) **ITEM 4:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2025**, de autoria do Deputado Pastor Daniel de Castro, que “altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais”.

- Parecer do relator da CAS, Deputado João Cardoso, favorável à proposição.
- Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição.
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Iolando, favorável à proposição.
- Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (19 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 21 votos favoráveis.

(5º) **ITEM 35:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 1.022, de 2024**, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que “inclui no Calendário Oficial de eventos do Distrito Federal o dia do Krav Magá”.

- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

(6º) **ITEM 24:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.231, de 2026**, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que “altera a Lei nº 6.744 de 7 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a aplicação do Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV no Distrito Federal e dá outras providências”.

- Parecer do relator da CAF, Deputado Hermeto, favorável à proposição.
- Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Rogério Morro da Cruz, favorável à proposição.
- Parecer do relator da CPRA, Deputado Pepa, favorável à proposição.
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Thiago Manzoni, favorável à proposição.
- Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes). Houve 3 votos contrários dos deputados Chico Vigilante, Gabriel Magno e Max Maciel.
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes) Houve 4 votos contrários dos deputados Chico Vigilante, Gabriel Magno, Max Maciel e Fábio Félix.

(7º) **ITEM 3:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 15 de 2024**, de autoria de vários deputados, que “acrescenta o Inciso XXIV ao artigo 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Iolando, favorável à proposição, acatando a emenda apresentada.
- Parecer do relator da CAS, Deputado João Cardoso, favorável à proposição, acatando a emenda apresentada.
- Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (23 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo nominal, com 21 votos favoráveis.

(8º) **ITEM EXTRAPAUTA:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 351, de 2019**, de autoria do Deputado João Cardoso, que “institui a meia-entrada para os frentistas e rodoviários, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências”.

- Parecer do relator da CCJ, Deputado Iolando, favorável à proposição. **APROVADO** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

(9º) **ITEM 50:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.147, de 2026**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rio Melchior, que “altera a Lei Distrital nº 41, de 13 de setembro de 1989, que trata da Política Ambiental do Distrito Federal, para dispor sobre o Fundo Ambiental do Distrito Federal – FUNAM”.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, favorável à proposição.

– Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

(10º) **ITEM 51:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.148, de 2026**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rio Melchior, que “altera a Lei nº 5.890, de 12 de junho de 2017, que estabelece diretrizes para as políticas públicas de reuso da água no Distrito Federal”.

– Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Rogério Morro da Cruz, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, favorável à proposição.

– Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (21 deputados presentes).

(11º) **ITEM 52:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.149, de 2026**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rio Melchior, que “institui a Política de Modernização das Estações de Tratamento de Esgoto – ETEs no Distrito Federal”.

– Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Rogério Morro da Cruz, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Eduardo Pedrosa, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, favorável à proposição.

– Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (14 deputados presentes).

(12º) **ITEM 53:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 2.150, de 2026**, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI do Rio Melchior, que “altera a Lei nº 3.890, de 07 de julho de 2006, que dispõe sobre a coleta seletiva de lixo no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências”.

– Parecer do relator da CDESCTMAT, Deputado Rogério Morro da Cruz, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CEOF, Deputado Roosevelt Vilela, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, favorável à proposição.

– Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

(13º) **ITEM 40:** Discussão e votação, em 1º turno, do **Projeto de Lei nº 1.991, de 2025**, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “declara a Feira do Guará como Patrimônio Cultural Imaterial do Distrito Federal”.

– Parecer do relator da CAF, Deputado Pepa, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CEC, Deputado Pastor Daniel de Castro, favorável à proposição.

– Parecer da relatora da CEOF, Deputada Paula Belmonte, favorável à proposição.

– Parecer do relator da CCJ, Deputado Chico Vigilante, favorável à proposição.

- Votação dos pareceres em bloco. **APROVADOS** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz)

- Declara encerrada a sessão.

Observação: O relatório de presença e as folhas de votação nominal, encaminhados pela Secretaria Legislativa, estão anexos a esta ata.

Nos termos do art. 135, I, do Regimento Interno, lavro a presente ata.

TIAGO PEREIRA DOS SANTOS

Chefe do Setor de Ata e Súmula



Documento assinado eletronicamente por **TIAGO PEREIRA DOS SANTOS - Matr. 23056**, Chefe do Setor de **Ata e Súmula**, em 06/05/2026, às 13:49, conforme Art. 30, do Ato da Mesa Diretora nº 51, de 2025, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 62, de 27 de março de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
Código Verificador: **2646385** Código CRC: **2F385585**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, Piso Inferior 1, Sala TI.2 - CEP 70094-902 - Brasília-DF - Telefone: (61)3348-9249
www.cl.df.gov.br - seas@cl.df.gov.br

00001-00016825/2026-65

2646385v2